

De acordo com o comando de cada uma das questões de 41 a 80, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código **SR**, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código **SR** não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA 1 – OBJETIVA – 2.ª PARTE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 41

Desde os primórdios de sua existência, os homens buscam formas coletivas para enfrentar riscos e encargos inerentes à fragilidade da condição humana. Se é certo que o simples fato de viver em sociedade não é suficiente para fazer frente a tais contingências, somente com a acentuação dos riscos, provocada pela Revolução Industrial, robusteceu-se na consciência social a idéia da imprescindibilidade de ação estatal nessa esfera. Após lenta evolução do sentimento de responsabilidade social pelo infortúnio alheio, e rompendo em parte com o ideal liberal de intervenção estatal mínima, forçou-se o Estado a abandonar sua postura de mero espectador da atividade econômico-social. Então, por meio da ordem jurídica, foi-lhe atribuída a incumbência de garantir, por meio de prestações positivas, melhores condições de vida aos economicamente mais frágeis.

Daniel Machado da Rocha. "Regime geral de previdência e prestações previdenciárias." In: Vladimir Passos de Freitas (coord.). **Direito previdenciário: aspectos materiais, processuais e penais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 41 (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens subsequentes quanto à seguridade social.

- ❶ Um dos mecanismos basilares da seguridade social consiste na imposição de um número maior de contribuições àqueles que tenham maior capacidade econômica, a fim de que todos — notadamente os de menor capacidade econômica — possam partilhar dos benefícios gerados pela arrecadação total. O princípio constitucional que mais especificamente fundamenta essa lógica é o da igualdade.
- ❷ Não obstante o regime geral de previdência social (RGPS) estar a cargo principalmente da União, que age por meio de uma autarquia — o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) —, não é só a União que possui competência legislativa em matéria de direito previdenciário.
- ❸ No regime constitucional brasileiro pós-1988, a responsabilidade por assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social é exclusiva dos poderes públicos.
- ❹ Se determinado trabalhador tiver assegurada na lei a possibilidade de contar reciprocamente o tempo de trabalho na administração pública e na atividade privada, seja ela rural ou urbana, o princípio que fundamentará tal permissão será o da comutatividade.
- ❺ Em que pese ao princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, a Constituição autoriza o legislador a escolher os benefícios e serviços cuja oferta aos segurados seja prioritária, em face dos recursos disponíveis. É nisso que consiste o princípio da seletividade, que coexiste harmonicamente com o da universalidade.

QUESTÃO 42

Acerca da seguridade social e da previdência social, julgue os itens a seguir.

- ❶ Um dos objetivos da seguridade social, conforme estabelecido na Constituição, é a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; essa previsão constitucional visa manter, na ordem jurídica, a histórica equivalência, que remonta às origens da previdência social no país, de benefícios entre as zonas urbana e rural.
- ❷ No Brasil, nem sempre o sistema de previdência social foi encargo do poder público; houve época na qual o sistema se assentava sobre o conceito do mutualismo, segundo o qual os interessados em usufruir os benefícios de natureza previdenciária deviam reunir-se eles próprios para custear e permitir o posterior gozo dos benefícios.
- ❸ O sistema de seguridade social é financiado por contribuições provenientes dos trabalhadores e segurados, dos empregadores, das empresas e equiparados e dos concursos de prognósticos. Essas fontes, porém, não são exclusivas, pois é constitucional e legalmente possível a criação de novas fontes de custeio, desde que atendidas certas condições.
- ❹ O extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) era autarquia federal que tinha como finalidade prover a saúde apenas dos segurados que contribuía para o sistema de previdência social. Diante das normas constitucionais que presentemente tratam do direito à saúde na Constituição, a lógica que deu origem ao INAMPS não seria mais compatível com a vigente extensão desse direito.
- ❺ Embora a assistência social seja ramo específico do sistema de seguridade e, por isso, apresente peculiaridades em relação aos demais, ela assemelha-se à previdência social porque ambas têm como pilar o fornecimento de prestações de índole pecuniária.

QUESTÃO 43

Ainda em relação à seguridade social e à previdência social, julgue os itens seguintes.

- ❶ No que tange à duração, a assistência social compreende benefícios de dois gêneros: os de prestação continuada, como a renda mensal vitalícia, e os eventuais, como o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral.
- ❷ Antes da criação do INSS, a previdência do trabalhador rural era provida sobretudo pelo Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural). Atualmente, essa previdência está a cargo do INSS, mas existe autarquia específica para administrar os benefícios remanescentes do antigo Funrural.
- ❸ Se determinado cidadão houver prestado serviço durante toda a vida em zona rural e pretender obter aposentadoria, poderá valer-se de prova exclusivamente testemunhal para comprovar seu tempo de serviço, admitida pela legislação em face das peculiaridades e dificuldades de produção de prova documental no caso de trabalhadores rurais.
- ❹ Os beneficiários do RGPS são os segurados e os dependentes; quanto a estes, o critério legal para a percepção dos benefícios difere dos critérios estabelecidos na legislação civil para os direitos de origem hereditária, de modo que o direito do dependente não se transmite a seus herdeiros.
- ❺ A legislação do RGPS emprega conceito de trabalhador urbano mais restrito que o utilizado pela Constituição, isto é, nem todo trabalhador urbano, nos termos da referida legislação, é segurado daquele regime.

QUESTÃO 44

A respeito da previdência social, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Uma pessoa que preste serviços, de maneira esporádica e não-sistemática, a uma empresa, não será legalmente considerada segurado obrigatório da previdência social.
- ❷ Um indivíduo que trabalha para uma empresa que presta serviços a outras empresa na área de limpeza, sempre em caráter temporário, não será segurado obrigatório da previdência social, devido à temporalidade dos serviços prestados por seu empregador.
- ❸ O que a lei define como salário-de-contribuição não é necessariamente igual ao valor total percebido como remuneração por parte do empregado.
- ❹ Se determinada pessoa jurídica auferir receita bruta anual equivalente a R\$ 10.000,00, não precisará recolher contribuição para a previdência social calculada sobre o total da folha de salários.
- ❺ Se uma empregada doméstica percebe salário mensal de R\$ 400,00, caberá ao empregador recolher à previdência social contribuição sobre esse salário no valor de R\$ 48,00, não considerada nesse valor a contribuição devida pela própria empregada.

QUESTÃO 45

Ainda no atinente à previdência social, julgue os itens abaixo.

- ❶ Nem toda filiação de pessoa física ao RGPS é obrigatória, uma vez que está prevista em lei a figura do segurado facultativo. Nessa categoria, podem ser incluídos indivíduos que não exerçam atividade remunerada.
- ❷ Toda pessoa jurídica que mantiver empregados regidos pela legislação trabalhista está sujeita à contribuição para a previdência social, sem prejuízo dos valores devidos pelos próprios empregados, na qualidade de segurados obrigatórios.
- ❸ Se o Congresso Nacional aprovar lei que seja sancionada pelo presidente da República no mês de março de determinado ano, instituindo majoração de contribuição previdenciária, esse aumento da contribuição somente poderá ser cobrado sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1.º de janeiro do ano subsequente.
- ❹ Considere a seguinte situação hipotética.
Ronaldo, filiado ao RGPS, era viúvo e possuía dois filhos menores, seus dependentes, os quais, porém, não cuidou de inscrever como tais perante o INSS. Por ser fumante inveterado, Ronaldo veio a falecer de câncer na boca. Suzana, irmã de Ronaldo, tornou-se a responsável legal pelas crianças. Nessa situação, é correto afirmar que, mesmo tendo falecido o segurado, Suzana tem direito a requerer, em nome dos meninos, sua inscrição como dependentes do pai.
- ❺ Matrícula é a inscrição da pessoa jurídica na previdência social para que aquela possa recolher as contribuições devidas. De acordo com a legislação em vigor, a obtenção da matrícula no INSS está necessariamente condicionada à inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sucessor do Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) e mantido pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

QUESTÃO 46

No que tange aos planos de custeio e de benefícios da previdência social, julgue os itens a seguir.

- ❶ Uma mesma lei institui benefícios previdenciários e acidentários, dos quais alguns até possuem a mesma denominação; porém, os fundamentos de uns e de outros são distintos, uma vez que os primeiros se originam de fatos não-ligados à atividade desenvolvida no ambiente de trabalho e os benefícios acidentários decorrem de eventos associados ao próprio trabalho.
- ❷ Certos benefícios previdenciários estão sujeitos a período de carência, de modo que o segurado só terá direito a eles se completar determinado número mínimo de contribuições mensais. Nesse sentido, o direito às prestações previdenciárias consistentes em serviços não está condicionado a carência.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Túlio era portador de grave doença, o que quase o impossibilitava de trabalhar. Durante período de melhoria de seu estado geral, Túlio conseguiu seu primeiro emprego e, portanto, filiou-se ao RGPS. Dois meses após o início do trabalho, Túlio sofreu recaída, por motivos estranhos ao trabalho, e ficou definitivamente impedido de trabalhar. Nessa situação, Túlio não terá direito à aposentadoria por invalidez.
- ❹ No caso de patologias que acarretem a incapacidade para o trabalho por prazo igual ou inferior a quinze dias, caberá ao empregador efetuar o pagamento da remuneração do empregado e requerer ao INSS o ressarcimento do valor desembolsado, a título de auxílio-doença.
- ❺ A pensão por morte é benefício de trato continuado devido aos dependentes do segurado falecido que haja contribuído durante prazo não-inferior a doze meses.

QUESTÃO 47

A democracia requer leis que garantam e promovam a dignidade da pessoa humana, assegurando seus direitos e o cumprimento dos deveres. O atual Estatuto responde ao anseio, há anos acalentado, de dotar o país de um instrumento válido para salvaguardar a vida e garantir o desenvolvimento pleno das meninas e dos meninos do Brasil, especialmente dos trinta milhões de menores empobrecidos.

Luciano Mendes de Almeida. *Apud* Munir Silva Cury, Antônio Fernando do Amaral e Emilio Garcia Mendes (coords.). *Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. 4.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 13 (com adaptações).

Relativamente ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens seguintes.

- ❶ Na sistemática adotada pelo ECA, inserem-se os indivíduos com idade inferior àquela em que se adquire capacidade jurídica, ou seja, 21 anos; estritamente para a aplicação de todo o conjunto de normas do Estatuto, o indivíduo é legalmente considerado criança do nascimento até os 12 anos incompletos e, adolescente, dos 12 anos aos 21 anos incompletos.
- ❷ Considere a seguinte situação hipotética.
Um adulto chegou a um pronto-socorro público, com ferimento grave, mas não pôde ser atendido de imediato, porquanto o único médico disponível assistia, naquele momento, a outro paciente. Pouco depois do adulto, deu entrada no pronto-socorro uma criança, com ferimento de gravidade equivalente. Logo em seguida, o médico terminou o atendimento com que estava ocupado até então.
Nessa situação, apesar de o ECA estabelecer certas medidas protetoras das crianças, o adulto deverá ser atendido primeiramente, por haver chegado antes ao serviço.
- ❸ A criança e o adolescente são titulares de direitos previstos na Constituição, no ECA e em outras leis, mas nem todos os direitos podem ter a criança ou o adolescente como sujeito ativo, porque dependem de condições só adquiridas com a maioridade, do que constituem exemplos o direito à liberdade de locomoção e o direito à liberdade de expressão.
- ❹ Tendo em vista a primazia de proteção que o ECA pretende conferir à criança e ao adolescente, em situações nas quais a família não possa propiciar os meios materiais adequados ao desenvolvimento de uma ou de outro, é juridicamente possível decretar-se a suspensão do pátrio poder, com a colocação do menor em família substituta, mediante autorização judicial e após intervenção do Ministério Público (MP).
- ❺ Se uma criança for entregue a um casal aceito como família substituta, isso não dará a este casal o direito de transferir, por decisão própria, a criança para outro núcleo familiar, ainda que este possua melhores condições para cuidar dela, uma vez que os deveres decorrentes daquela situação jurídica são, em princípio, indelegáveis.

QUESTÃO 48

Novamente no respeitante ao ECA, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A adoção, assim como o matrimônio, é ato de caráter personalíssimo, cujo exercício é, por natureza, indelegável; não obstante, ambos podem se dar por procuração.
- ❷ Se um adolescente for encontrado na exploração de jogo de azar — o que é legalmente definido como contravenção penal —, então não se lhe poderá aplicar medida sócio-educativa correspondente à prática de ato infracional, uma vez que, para o ECA, atos infracionais são as condutas legalmente definidas como crime para os imputáveis, o que exclui as contravenções.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Aos 17 anos e 6 meses de idade, um adolescente praticou conduta descrita como crime no Código Penal. Houve investigação policial, que findou um ano depois. O promotor de justiça recebeu os autos e ofereceu denúncia contra o autor do fato, por entender que este já era, então, penalmente responsável.
Nessa situação, como o oferecimento da denúncia se deu após a maioridade do infrator, o ECA não mais se aplica ao fato, de modo que incidirão integralmente as normas penais correspondentes aos indivíduos adultos.
- ❹ Embora tecnicamente o adolescente não cometa crime, mas ato infracional, e não esteja sujeito a penas, mas a medidas sócio-educativas, isso não impede que ele seja privado da liberdade em certas circunstâncias, se atendidos os requisitos legais.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
João sabia que Maria recentemente dera à luz uma criança, mas não pretendia criá-la. Sabia também que um casal francês tinha interesse em adotar uma criança brasileira. João procurou, então, Maria e, com a aquiescência do casal estrangeiro, propôs-lhe que desse a criança em adoção ao casal, mediante o valor de R\$ 15.000,00, dos quais R\$ 3.000,00 caberiam a João. Assim foi feito e, após a adoção ser deferida judicialmente, a criança voou para a França com o casal. Nesse situação, se a adoção houver corrido regularmente, João não terá cometido crime.

QUESTÃO 49

Todos temos o direito de nos rebelar contra qualquer espécie de coerção e abuso de poder, em qualquer instância em que se manifestem: nossa arma chama-se Constituição. Ela é a resposta à exigência também de Montesquieu, há mais de dois séculos: “Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder”.

Paulo Bonavides e Paes de Andrade. *História constitucional do Brasil*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 483.

Com referência ao direito constitucional brasileiro, julgue os itens abaixo.

- ❶ Uma das características da Constituição da República é a ênfase aos direitos fundamentais, possivelmente em razão das circunstâncias históricas em que surgiu o texto constitucional. O domicílio, por exemplo, a Constituição erigiu-o em asilo inviolável do indivíduo, no qual não é permitido ingressar à noite sem autorização do morador, qualquer que seja a circunstância, ainda que em seu interior se esteja a praticar crime.
- ❷ No direito constitucional brasileiro existem as denominadas cláusulas pétreas, que são normas constitucionais com tal nível de proteção que nem mesmo o constituinte originário pode alterá-las.
- ❸ A Constituição da República prevê rico sistema de controle de constitucionalidade, porquanto estabelece mecanismos para o chamado controle difuso — em que qualquer juiz ou tribunal pode deixar de aplicar norma infraconstitucional por ela ofender a Constituição —, bem como para o controle concentrado — por meio do qual o Supremo Tribunal Federal pode declarar a inconstitucionalidade de uma norma com efeitos para todos os seus potenciais aplicadores.
- ❹ Como na própria Constituição da República estão previstas as formas pelas quais ela pode ser validamente alterada, é juridicamente correto classificá-la como constituição de tipo flexível.
- ❺ Na eleição que se realizará no mês de outubro de 2002, nem todos os brasileiros maiores de 18 anos de idade e que estiverem no gozo dos direitos políticos serão obrigados a votar.

QUESTÃO 50

Ainda com referência ao direito constitucional brasileiro, julgue os itens a seguir.

- ❶ No Brasil, o presidente da República é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e de governo, eleito pelo sistema majoritário, em até dois turnos de votação, desde que seja registrado por partido político e obtenha maioria absoluta de votos, excluídos os votos nulos e os votos em branco.
- ❷ O Poder Legislativo brasileiro não se restringe à atividade estrita de produção de normas jurídicas, uma vez que possui também atividades de fiscalização, de investigação e até de julgamento, à semelhança do Poder Judiciário, em certas situações.
- ❸ No Brasil, a competência exclusiva para emitir moeda é da União, por meio do tesouro nacional.
- ❹ Se o presidente da República sancionar lei regularmente aprovada pelo Congresso Nacional, na qual haja elevação da alíquota do imposto sobre a renda, e se ela for publicada no Diário Oficial do dia 31/12/2002, a cobrança do imposto com a alíquota majorada só poderá validamente ser aplicada sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1.º/1/2004.
- ❺ Considere a seguinte situação hipotética.
Um servidor público transmitiu a jornalista amigo informações privilegiadas acerca de assunto sob investigação. A divulgação do fato na imprensa causou graves danos ao investigado.
Nessa situação, poderiam ser responsabilizados civilmente pelos danos tanto a pessoa física do agente público — se ficasse provado, em ação própria, que ele agira com dolo ou culpa — quanto o órgão público do qual o servidor fazia parte.

QUESTÃO 51

Gabriela, viúva, grávida e mãe de três filhos adolescentes, trabalha como meeira rural, em regime de economia familiar, em fazenda produtora de café.

Considerando a situação hipotética acima, julgue os itens abaixo.

- ❶ Perante a legislação previdenciária, Gabriela é considerada empregada.
- ❷ Perante a Constituição da República, Gabriela, por ser trabalhadora rural, não possui os mesmos direitos de um trabalhador urbano.
- ❸ Os filhos de Gabriela pertencem à categoria de segurados especiais.
- ❹ Gabriela não tem direito a salário-maternidade.
- ❺ A proteção previdenciária do trabalhador rural surgiu com o advento da lei que instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural.

QUESTÃO 52

Julgue os itens a seguir, relativos à história da seguridade social no mundo.

- ❶ Historicamente, a expressão seguridade social surgiu na Austrália, com o *Social Security Act* (Lei da Seguridade Social).
- ❷ Um dos marcos da previdência social, em nível internacional, foi o estudo do chanceler alemão Otto Van Bismarck, que motivou a elaboração da lei do seguro-doença.
- ❸ A criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) evidenciou a necessidade de um programa mundial sobre previdência social a ser adotado por todos os países.
- ❹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral da ONU, estabeleceu o direito à seguridade no caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice, ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do controle do indivíduo.
- ❺ Em 1952, a Convenção n.º 102 da OIT, em Genebra, estabeleceu normas mínimas de seguridade social.

QUESTÃO 53

Com relação à evolução da previdência social e às mudanças trazidas pela reforma previdenciária instituída pela Emenda Constitucional n.º 20/1998, é correto afirmar que

- ❶ o benefício salário-família foi ampliado.
- ❷ as pessoas que entrarem no serviço público, mesmo após a reforma da previdência, poderão perceber simultaneamente proventos de aposentadoria e remuneração por cargo público.
- ❸ foram ampliadas as hipóteses constitucionais de incidência da contribuição social.
- ❹ se manteve o monopólio da cobertura do acidente do trabalho pelo setor público.
- ❺ foi introduzida a gestão quadripartite da seguridade social.

QUESTÃO 54

Com relação à evolução e à organização institucional da previdência social no Brasil, julgue os seguintes itens.

- ❶ No Brasil, o primeiro texto constitucional a adotar a expressão seguridade social foi a Constituição Federal de 1937.
- ❷ A Lei Eloy Chaves determinou a criação de uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para cada empresa de estrada de ferro.
- ❸ Houve no Brasil um período em que foram criadas entidades previdenciárias de âmbito nacional — chamadas institutos — nas quais foram reunidos trabalhadores de uma mesma atividade ou de atividades afins. Exemplo disso foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).
- ❹ A Lei n.º 6.439/1977 implementou o Sistema Nacional da Previdência, Assistência Social e Saúde (SINPAS).
- ❺ O INSS, autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, originou-se da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

QUESTÃO 55

Pedro, empresário bem-sucedido e com alta renda mensal, não contribui — e nunca contribuiu — para o RGPS.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- ❶ No Brasil, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, abrangendo direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- ❷ Pedro pertence ao subsistema saúde e assistência social da seguridade social, podendo participar de programas assistenciais e de saúde pública.
- ❸ Caso Pedro dirija-se a um hospital do Sistema Único de Saúde (SUS), poderá haver recusa no seu atendimento, sob alegação de que ele dispõe de recursos para ser tratado em hospitais privados.
- ❹ Pedro tem direito à aposentadoria por tempo de serviço no RGPS.
- ❺ Ao contrário da assistência social, a saúde e a previdência social exigem contribuição à previdência.

QUESTÃO 56

Marcelo e sua família, produtores rurais, trabalham em regime familiar na exploração da cultura de arroz em sua pequena chácara.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subseqüentes, relativos à previdência social urbana e rural.

- ❶ Não há distinção entre o segurado especial e o segurado pessoa física que explora atividade na agricultura ou na pecuária com a ajuda de terceiros.
- ❷ De acordo com a situação descrita, Marcelo é segurado facultativo da previdência social.
- ❸ Marcelo deverá contribuir para a previdência social com base na receita bruta da comercialização de sua produção de arroz.
- ❹ Caso Marcelo fosse garimpeiro, contribuiria para a previdência social da mesma forma que deve contribuir na sua situação atual.
- ❺ Perante a legislação previdenciária, entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência, sendo exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados.

QUESTÃO 57

Se Mateus, servidor público federal, trabalha, também, como vendedor autônomo de cosméticos, então ele

- ❶ não está vinculado ao RGPS.
- ❷ só está vinculado ao regime de previdência dos servidores públicos federais.
- ❸ poderá aposentar-se pelo RGPS, desde que contribua para esse regime.
- ❹ é segurado facultativo do RGPS.
- ❺ terá direito a pagamento em caso de acidente de trabalho, se tiver contribuído para o RGPS.

QUESTÃO 58

De acordo com o plano de benefícios da previdência social, os segurados são considerados titulares do benefício

- 1 auxílio-acidente.
- 2 auxílio-doença.
- 3 auxílio-reclusão.
- 4 aposentadoria por invalidez.
- 5 pensão por morte.

QUESTÃO 59

Acerca do benefício da aposentadoria especial, previsto no plano de benefícios da previdência social, julgue os itens que se seguem.

- 1 Trata-se de benefício de trato continuado mensal.
- 2 É pago para qualquer atividade laboral exercida por períodos interrompidos de dez e quinze anos.
- 3 Para ser concedido, exige a satisfação de período de carência igual a, no mínimo, 180 contribuições.
- 4 Corresponde a 60% do valor da renda mensal.
- 5 As atividades que ensejam esse benefício encontram-se relacionadas no regulamento da previdência social.

QUESTÃO 60

A respeito das contribuições sociais e dos conceitos legais previstos no plano de custeio da previdência social, julgue os seguintes itens.

- 1 São contribuições sociais as que incidem sobre a receita de concursos de prognósticos.
- 2 São consideradas contribuições sociais aquelas que incidem sobre o salário-de-contribuição dos trabalhadores.
- 3 Consideram-se empresas a firma coletiva ou sociedade que assume o risco de atividade econômica, urbana ou rural, com fins lucrativos ou não, e os órgãos e as entidades da administração pública direta, indireta e fundacional.
- 4 Considera-se empregador doméstico a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.
- 5 Equiparam-se a empresas, para os efeitos do plano de custeio: o contribuinte individual em relação a segurado que lhe presta serviço; a cooperativa, a associação ou entidade de qualquer natureza ou finalidade; a missão diplomática e a repartição consular de carreira estrangeiras.

QUESTÃO 61

A respeito dos regimes especiais da previdência social, julgue os itens abaixo.

- 1 A Constituição da República estabelece distintos regimes de previdência pública.
- 2 A reforma da previdência social instituída pela Emenda Constitucional n.º 20/1998 e as modificações que vêm sendo introduzidas na legislação previdenciária apontam para a ampliação da diversidade de regimes previdenciários.
- 3 O RGPS está previsto nos artigos 40 e 201 da Constituição da República.
- 4 Por sua atividade no Congresso Nacional, os parlamentares estão vinculados ao RGPS.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Fabricio é parlamentar do Congresso Nacional no ano de 2002, cumprindo seis mandatos consecutivos. Nessa situação, o regime previdenciário a que Fabricio era submetido nos mandatos anteriores foi sempre o mesmo dos servidores públicos federais.

QUESTÃO 62

Com relação aos acordos internacionais de previdência social ratificados pelo Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- 1 Esses acordos têm como objetivo garantir os direitos de seguridade social previstos nas legislações dos países acordantes aos respectivos trabalhadores e dependentes legais, residentes ou em trânsito no país.
- 2 O Brasil já firmou acordos, entre outros, com Cabo Verde, Chile e Espanha.
- 3 Perante o direito internacional público brasileiro, os acordos internacionais entram em vigor no Brasil no momento em que são assinados pelo presidente da República.
- 4 No acordo internacional celebrado entre a Argentina e o Brasil, um dos organismos argentinos de ligação é o *Instituto Nacional de Previsión Social*.
- 5 Considere a seguinte situação hipotética.
Juan, argentino, vinculado ao regime geral de previdência social da Argentina, há cinco anos mudou-se definitivamente para o Brasil, onde trabalha como empregado em empresa brasileira privada. Nessa situação, Juan poderá contar seu tempo de contribuição na Argentina para fins de aposentadoria pelo RGPS brasileiro.

QUESTÃO 63

Acerca do processo administrativo previdenciário, julgue os itens abaixo.

- 1 O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), colegiado integrante da estrutura do Ministério da Previdência Social, é órgão de controle judicial de primeiro grau das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários e dos contribuintes da seguridade social em relação às contribuições de competência do INSS.
- 2 Considere a seguinte situação hipotética.
Sebastião, contribuinte da previdência social, revoltou-se com multa indevida, aplicada por auditor da previdência social, referente à contribuição do empregador sobre a folha de salários.
Nessa situação, Sebastião poderá recorrer da multa na justiça e no contencioso administrativo previdenciário.
- 3 Cabe recurso de ofício, à autoridade administrativa imediatamente superior, da decisão originária que declare indevida contribuição, ou outra importância apurada pela fiscalização, reduza ou releve acréscimo legal ou multa aplicada por infração a dispositivos legais, ou autorize a restituição ou a compensação de qualquer importância.
- 4 O ministro da Previdência Social pode rever de ofício ato de órgão ou autoridade compreendido na sua área de competência.
- 5 Os atos normativos ministeriais obrigam a todos os órgãos e entidades integrantes do Ministério da Previdência Social.

QUESTÃO 64

Álvaro, com 58 anos de idade, servidor público federal, entrou com pedido de aposentadoria por tempo de serviço em 21/9/2002, data em que completou quarenta anos de serviços públicos prestados no mesmo cargo.

Com base na situação hipotética apresentada, é correto afirmar que Álvaro

- 1 não pode se aposentar, pois é necessário que tenha pelo menos sessenta anos de idade.
- 2 poderá se aposentar voluntária e proporcionalmente.
- 3 poderá se aposentar voluntária e integralmente nos termos da Emenda Constitucional n.º 20/1998.
- 4 deverá aguardar mais sete anos para se aposentar por tempo de contribuição.
- 5 poderá se aposentar pelo RGPS.

QUESTÃO 65

Acerca do regime de previdência complementar, das espécies, entidades e normatização envolvidos, julgue os itens que se seguem.

- 1 O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao RGPS, é obrigatório, com base na constituição de reservas que garantam o benefício.
- 2 As entidades de previdência complementar são classificadas em fechadas e abertas.
- 3 As entidades de previdência complementar somente poderão instituir e operar planos de benefícios para os quais tenham autorização específica.
- 4 No regime de previdência privada fechada, os planos de benefícios devem ser, obrigatoriamente, oferecidos a todos os empregados dos patrocinadores ou associados dos instituidores.
- 5 Os planos de benefícios instituídos por entidades abertas poderão ser individuais ou coletivos.

QUESTÃO 66

Com relação aos fundos de pensão, julgue os itens seguintes.

- 1 Os planos de benefícios de entidades fechadas poderão ser instituídos por qualquer pessoa.
- 2 A formalização da condição de patrocinador ou de instituidor de um plano de benefício dar-se-á mediante convênio de adesão a ser celebrado entre o patrocinador ou o instituidor e a entidade fechada, em relação a todos os planos de benefícios por esta administrados e executados.
- 3 A divulgação aos participantes, inclusive aos assistidos, das informações pertinentes aos planos de benefícios dar-se-á ao menos uma vez ao ano, na forma, nos prazos e pelos meios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.
- 4 O órgão regulador e fiscalizador poderá autorizar a extinção de plano de benefícios ou a retirada de patrocínio, ficando os patrocinadores e instituidores obrigados ao cumprimento da totalidade dos compromissos assumidos com a entidade relativamente aos direitos dos participantes e assistidos, e às obrigações legais, até a data da retirada ou extinção do plano.
- 5 As entidades fechadas são acessíveis, exclusivamente: aos patrocinadores — empregados de uma empresa ou grupo de empresas, servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios — e aos instituidores — associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial.

QUESTÃO 67

Alberto, deficiente e idoso, com setenta anos de idade, não possui meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Por outro lado, Carlos, empresário com 21 anos de idade, em pleno vigor físico, possui renda salarial mensal superior a quarenta salários mínimos.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- ❶ A assistência social é parte integrante da previdência social.
- ❷ Do mesmo modo que a previdência social, o sistema de assistência social está descentralizado administrativamente.
- ❸ Alberto e Carlos têm direito a serem amparados pela assistência social.
- ❹ Alberto tem direito a benefício assistencial de prestação continuada a ser pago pela União.
- ❺ Uma vez comprovado que Alberto e sua família não possuem meios de mantê-lo, ele terá direito a benefício de natureza continuada, que consiste no recebimento de um salário mínimo mensal.

QUESTÃO 68

A respeito do salário-de-benefício, mecanismo de cálculo dos benefícios da previdência social no RGPS, julgue os itens a seguir.

- ❶ Para as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, o salário-de-benefício consiste na média aritmética simples dos menores salários-de-contribuição, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
- ❷ Para as aposentadorias por invalidez e especial, auxílio-doença e auxílio-acidente, o salário-de-benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo.
- ❸ O valor do salário-de-benefício, em regra, não será inferior ao de um salário mínimo, nem superior ao limite máximo do salário-de-contribuição na data de início do benefício.
- ❹ Para cálculo do salário-de-benefício, serão considerados todos os ganhos do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuição previdenciária.
- ❺ Todos os salários-de-contribuição utilizados no cálculo do salário-de-benefício serão reajustados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice definido em lei para essa finalidade.

QUESTÃO 69

Acerca do fator previdenciário utilizado no cálculo de alguns salários-de-benefícios no RGPS, julgue os itens abaixo.

- ❶ O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar.
- ❷ Para efeito do cálculo do fator previdenciário, a expectativa de sobrevida do segurado na idade da aposentadoria será obtida a partir da tábua completa de mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- ❸ Para efeito da aplicação do fator previdenciário ao tempo de contribuição do segurado, serão adicionados sete anos quando se tratar de mulher.
- ❹ Quando se tratar de professor ou professora, para efeito da aplicação do fator previdenciário ao tempo de contribuição do segurado, serão adicionados quinze anos e dez anos, respectivamente, desde que comprovado tempo de efetivo exercício exclusivo das funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.
- ❺ O salário-de-benefício dos segurados que contribuem em razão de atividades concomitantes será calculado com base na soma dos salários-de-contribuição das atividades exercidas até a data do requerimento, ou do óbito, ou no período básico de cálculo.

QUESTÃO 70

A respeito da renda mensal do benefício, outro mecanismo de cálculo dos benefícios da previdência social no RGPS, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Para o auxílio-doença, calcula-se sobre noventa e um por cento do salário-de-benefício.
- ❷ Para a aposentadoria por invalidez, o cálculo é feito sobre quarenta por cento do salário-de-benefício.
- ❸ Para a aposentadoria por idade, calcula-se sobre sessenta por cento do salário-de-benefício, mais um por cento deste por grupo de doze contribuições mensais, até o máximo de trinta por cento.
- ❹ Para a aposentadoria por tempo de contribuição para a mulher, o cálculo é feito sobre noventa por cento do salário-de-benefício, aos trinta anos de contribuição.
- ❺ Para a aposentadoria especial, calcula-se sobre cem por cento do salário-de-benefício.

QUESTÃO 71

Alberto, segurado empregado da previdência social há cinco anos, ao dirigir-se ao trabalho, é atropelado e falece imediatamente.

Em face da situação hipotética apresentada, julgue os itens abaixo acerca de acidente de trabalho e direito acidentário.

- ❶ As prestações acidentárias sempre são entregues ao segurado.
- ❷ A responsabilidade do Estado na reparação dos danos causados pelo acidente do trabalho é objetiva.
- ❸ Alberto sofreu, nos termos legais previdenciários, um acidente de trabalho.
- ❹ O benefício previdenciário a ser aplicado, caso Alberto tenha dependentes previdenciários, é a pensão por morte, que deverá ser paga, preferencialmente, aos pais de Alberto, mesmo que ele tenha filhos.
- ❺ Discussões judiciais envolvendo o benefício oriundo da situação descrita deverão ser resolvidas na justiça federal.

QUESTÃO 72

A ONG Amigos da Rua deseja tornar-se entidade filantrópica para fins previdenciários, sendo que, com tal fato, pretende ficar isenta de determinadas contribuições previdenciárias.

Considerando a hipótese apresentada, à luz do regulamento da previdência social (RPS), julgue os itens a seguir.

- ❶ A referida ONG, após ser declarada filantrópica, fica isenta de repassar as contribuições recolhidas de seus empregados.
- ❷ A ONG deverá, entre outras condições, ser reconhecida como de utilidade pública federal pelo respectivo estado, Distrito Federal ou município onde tiver sua sede.
- ❸ Uma vez reconhecida como entidade filantrópica, a ONG mencionada ficará isenta definitivamente da contribuição social de empresa.
- ❹ O certificado de entidade de fins filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional do Serviço Social, deve ser renovado a cada cinco anos.
- ❺ Uma vez beneficiada com a isenção, a referida ONG é obrigada a apresentar, anualmente, até 30 de abril, à gerência regional do INSS jurisdicionante de sua sede, relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior.

QUESTÃO 73

Acerca do ECA, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O ECA apresenta somente as normas materiais de direito privado para a proteção da criança e do adolescente.
- ❷ Segundo o ECA, um menor, de onze anos de idade, ao ter condutas criminosas, é considerado um adolescente.
- ❸ Um menor, de onze anos de idade, que subtraia coisa alheia móvel sem utilizar-se de violência poderá ser responsabilizado penalmente.
- ❹ O ECA prevê expressamente alguns direitos fundamentais da criança e do adolescente.
- ❺ Um menor que tenha cometido ato infracional pode ser incluído em programa oficial de auxílio à família.

QUESTÃO 74

Ainda a respeito do ECA e do conselho tutelar, julgue os itens seguintes.

- ❶ O conselho tutelar é órgão permanente, autônomo e jurisdicional.
- ❷ Em cada município haverá pelo menos um conselho tutelar.
- ❸ Os conselheiros do conselho tutelar são escolhidos pelos prefeitos dos municípios.
- ❹ Para alguém ser conselheiro deverá, entre outros requisitos, residir no município.
- ❺ Não poderá haver remuneração para o trabalho exercido pelo conselheiro.

QUESTÃO 75

De acordo com o ECA, julgue os seguintes itens, relativos à atuação do Ministério Público (MP).

- ❶ O MP Federal é o responsável pela proteção dos direitos dos menores.
- ❷ O MP pode conceder remissão como forma de exclusão do processo.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Paulo, promotor de justiça que atua na vara da infância, impetra mandado de segurança para a defesa de interesses sociais de crianças.
Nessa situação, Paulo só pode entrar com ação civil pública para proteção de menores.
- ❹ Um promotor de justiça só pode inspecionar entidades públicas de atendimento a menores mediante autorização judicial.
- ❺ Cabe ao MP promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.

QUESTÃO 76

Acerca da proteção legal do idoso prevista na Política Nacional do Idoso (PNI), julgue os itens subseqüentes.

- ❶ De acordo com a PNI, um indivíduo com setenta anos de idade que viva sozinho, sem nenhum familiar, é considerado idoso por estar desamparado.
- ❷ A PNI considera idoso o indivíduo maior de sessenta e cinco anos de idade.
- ❸ A priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família, constitui uma das diretrizes da PNI.
- ❹ A PNI tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.
- ❺ Pessoas idosas têm direito a assento reservado em transporte público.

QUESTÃO 77

Madalena, gestante e deficiente física, com trinta anos de idade, mãe solteira, deseja ser isenta do pagamento do transporte público que a leva de casa para o trabalho.

Considerando a situação hipotética acima e à luz da proteção legal das pessoas portadoras de necessidades especiais, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Madalena tem direito a atendimento preferencial somente nos bancos públicos.
- ❷ Madalena tem direito a ser amparada pela assistência social.
- ❸ Por ser gestante, Madalena tem direito ao benefício de prestação continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, se comprovar que não possui meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.
- ❹ Cabe ao MP zelar pelo efetivo respeito aos direitos de pessoas como Madalena.
- ❺ Pessoas portadoras de deficiência física, idosos com idade igual ou superior a 65 anos, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo têm atendimento prioritário em repartições públicas.

QUESTÃO 78

Em relação aos fundamentos constitucionais da assistência social, julgue os itens abaixo.

- ❶ A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.
- ❷ A habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária são objetivos constitucionais da assistência social.
- ❸ Preferencialmente, as ações governamentais na área da assistência social devem ser realizadas com recursos do orçamento dos impostos.
- ❹ A participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis constitui-se diretriz da assistência social.
- ❺ É característica constitucional da assistência social a descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas específicas à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social.

QUESTÃO 79

A respeito dos fundamentos constitucionais da previdência social, julgue os itens a seguir.

- ❶ A previdência social será organizada observando-se critérios que preservem apenas o equilíbrio financeiro presente.
- ❷ A proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário constitui medida protetiva de assistência social.
- ❸ A Constituição da República prevê o pagamento de salário-família para os dependentes de qualquer segurado.
- ❹ Os dependentes de segurado do RGPS, que percebe um salário mínimo como empregado e é condenado à pena de reclusão de quinze anos, terão direito ao auxílio-reclusão.
- ❺ Caso um segurado do RGPS que perceba um salário mínimo como empregado sofra pena restritiva de direito, seus dependentes terão direito ao auxílio-reclusão.

QUESTÃO 80

Acerca dos fundamentos constitucionais da saúde e do SUS, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A saúde no Brasil só pode ser prestada diretamente pelo Estado, pois constitui-se em seu dever.
- ❷ A execução das ações e de serviços de saúde pode ser feita por pessoa jurídica de direito privado.
- ❸ Considere a seguinte situação hipotética.
Carlinhos possui plano de saúde privado. Estando de férias fora de seu domicílio, desloca-se para hospital público da região para ser atendido, em razão de fratura sofrida em acidente de carro.
Nessa situação, Carlinhos poderá ser atendido pelo SUS, pois há acesso universal aos serviços de saúde.
- ❹ As entidades privadas não podem participar do SUS.
- ❺ Ao SUS compete colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.